



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**MÔNICA LESSY RODRIGUES DE ARAÚJO**

**O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL**

**CAMPINA GRANDE - PB  
2018**

**MÔNICA LESSY RODRIGUES DE ARAÚJO**

**O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),  
apresentado ao Curso de Licenciatura em  
Pedagogia da Universidade Estadual da  
Paraíba – UEPB, em cumprimento à exigência  
para a obtenção do grau de Licenciada em  
Pedagogia.

Orientador: Prof. Ms. Wanderléia Farias  
Santos

**CAMPINA GRANDE – PB  
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A663I Araújo, Mônica Lessy Rodrigues de.  
O livro didático e o ensino de geografia nos anos iniciais do ensino fundamental [manuscrito] / Monica Lessy Rodrigues de Araujo. - 2018.  
32 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.  
"Orientação : Profa. Ma. Wanderléia Farias Santos ,  
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."  
1. Livro didático. 2. Ensino fundamental. 3. Ensino de geografia. I. Título  
21. ed. CDD 371.32

MÔNICA LESSY RODRIGUES DE ARAÚJO

O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),  
apresentado ao Curso de Licenciatura em  
Pedagogia da Universidade Estadual da  
Paraíba – UEPB, em cumprimento à exigência  
para a obtenção do grau de Licenciada em  
Pedagogia.

Aprovada em: 10/12/2018.

BANCA EXAMINADORA

Wanderléia Farias Santos  
Prof. Ms. Wanderléia Farias Santos (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ruth B. Araújo Ribeiro  
Prof. Ms. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro (Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Sandra Silvestre do Nascimento Silva  
Prof. Ms. Sandra Silvestre do Nascimento Silva (Examinadora)  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

A Isabely, minha filha, pela paciência,  
companheirismo e amizade, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Senhor e Salvador Jesus Cristo, pela misericórdia, pelo seu grande amor e toda força necessária dispensada sobre minha vida.

À minha filha, que amo muito e que sempre me compreendeu pelas ausências e ocupações, sendo meu estímulo a prosseguir.

A minha mãe que sempre esteve disposta a me ajudar, sempre com fé em Deus.

Ao meu pai, que mesmo distante sempre me estimulou a me dedicar aos estudos e a acreditar que é possível vencer quando se quer.

A minha orientadora, Wanderléia Farias Santos, que me acolheu e me impulsionou com ânimo, sendo um exemplo de superação.

A todos os professores que passaram pelo curso e trouxeram suas preciosas experiências e saberes, deixando o legado de uma trilha a prosseguir.

As amigas que fiz nesses anos todos do curso de graduação, que vou guardar para sempre no meu coração

Aos demais colegas de classe pelos incentivos

Enfim, a todos que de alguma forma foram a voz de Deus para a minha vida nesta caminhada.

Meu muito obrigada!

“A educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanecerá tal como é, porem se renova continuamente (...)”.

Hannah Arendt

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>A PRODUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL .....</b>	<b>8</b>
2.1	A institucionalização do livro didático no Brasil.....	10
<b>3</b>	<b>O PROFESSOR E O ENSINO DE GEOGRAFIA.....</b>	<b>14</b>
3.1	A história da geografia como disciplina escolar no Brasil.....	15
3.2	A formação docente e o ensino de geografia nos anos iniciais do ensino fundamental .....	20
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA.....</b>	<b>24</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>29</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>31</b>



## O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Mônica Lessy Rodrigues de Araújo\*

### RESUMO

Tendo em vista que o livro didático é um manual de grande uso e que contribui na prática educativa de professores e na aprendizagem dos alunos nos ambientes escolares, busca-se conhecer os conteúdos propostos para a disciplina de Geografia contida neste recurso didático, e especificamente os voltados para os anos iniciais do ensino fundamental. Para tanto se tornou necessário conhecer a história do livro didático a partir de sua institucionalização aqui no Brasil, a Geografia constituída em disciplina escolar e a formação acadêmica de professores com base nos estudos de autores pesquisadores de cada área. Para consolidar essa pesquisa, é feita a análise da coleção *Girassol – Saberes e fazeres do campo*, aprovado pelo programa PNL D Campo de 2013, em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Geografia. Pôde ser averiguado que a coleção ganhou em vários aspectos, como por exemplo, em relação à contextualização e valorização da vida no campo; no entanto mostrou pouca profundidade nas abordagens dos conteúdos e conceitos geográficos.

**Palavras-Chave:** Livro Didático. Ensino de Geografia. Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

### 1 INTRODUÇÃO

Os conhecimentos geográficos são necessários para que nossos alunos possam se localizar no espaço e enxergarem toda a realidade que os cerca, garantindo reflexões e análise crítica do desenvolvimento humano na Terra. Para tanto, é previsível que a escola ministre esse conhecimento e o professor esteja ciente de sua responsabilidade em formar nos seus alunos essas habilidades, e o livro didático se encontra nessa interação aluno-professor já a bastante tempo, muitas vezes assumindo total controle das aulas.

Várias mudanças ocorreram tanto no campo da Geografia escolar, como na elaboração dos manuais didáticos. Essa Geografia tanto teve momentos de queda (sua junção com os Estudos Sociais), como momentos de Glória, sua renovação, levando a um pensamento crítico da realidade.

E isso é trazido para as escolas do século XXI, na busca pela valorização da disciplina de Geografia e sua contribuição no ensino de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.

---

\* Aluna de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.  
Email: monica-lessy@hotmail.com

Para validar a temática, esta pesquisa tem a seguinte questão levantada: de que forma o livro didático de geografia aborda os conteúdos básicos necessários para a formação geográfica de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental? E na intenção de buscar resposta para tal questionamento, o livro didático de Geografia para os anos iniciais do ensino fundamental, será nosso alvo de análise quanto ao conteúdo proposto.

Mas antes, buscaremos mostrar também, como que esse conhecimento se tornou em disciplina escolar institucionalizada aqui no nosso país. Primeiro, buscaremos fazer um breve histórico do livro didático junto aos programas que o institucionalizou como manual oficial de apoio ao ensino brasileiro. Como base teórica, buscamos na pesquisa de mestrado de PINA (2009), nos estudos de LAJOLO (1996), FREITAG, MOTTA e COSTA (1987) e outros, conhecimento e considerações sobre o assunto. No que se refere à Geografia e as transformações na ciência e os avanços da disciplina no ambiente escolar, pudemos contar com os estudos de CALLAI (2001-2005), CAVALCANTI (2006), PONTUSCHKA, PAGANELLI, CACETE (2009), VESENTINN (1992-2004) e outras importantes pesquisas sobre a trajetória histórica da disciplina de Geografia.

Seguindo no entendimento de que mesmo que se tenham bons materiais, o progresso escolar de ensino-aprendizagem se dá na interação professor-aluno, e essa relação precisar ter qualidade, para isso uma formação adequada do professor é de absoluta importância; referimos-nos aos trabalhos de NÓVOA (1997) e BRZEZINSKI (1996-2006).

A metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica e a sistematização do conhecimento adquirido através do estudo de diversas obras literárias. Para concluir, apresentamos a análise da coleção *Girassol – Saberes e fazeres do campo*, quanto ao seu conteúdo de Geografia para os anos iniciais do ensino fundamental e quanto a sua disposição em se adequar aos Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia.

## **2. A PRODUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL**

O livro didático se constituía e se constitui ainda em várias escolas do nosso país, o único material utilizado para o ensino sendo muitas vezes o único recurso editado que alunos têm acesso nas salas de aulas. Tido como principal instrumento de aprendizagem, por vezes é o responsável pelo desenvolvimento da prática educativa dos professores, que se apóiam exclusivamente nos conteúdos e nas metodologias propostas por esse manual. O conteúdo contido nesse material escolar sempre seguiu as concepções pedagógicas de cada época, o que evidencia as diferenças na formação de gerações de estudantes durante a história da educação.

No entanto, há algum tempo esse material didático vêm sendo alvo de diversas pesquisas, especialmente nessas últimas três décadas, dentro dos mais diversos interesses como sua origem, produção, conteúdos, imagens, metodologias, edições e etc. E por isso, a qualidade desse material tem mudado em suas características e propostas de ensino, buscando acompanhar e se adequar as diversas transformações no meio educacional.

Em diferentes âmbitos no meio escolar, o livro didático abrange uma grande complexidade referente à pesquisa dos mais diversos temas sobre esse recurso de ensino. Nisto podemos ver que:

As pesquisas e reflexões sobre o livro didático permitem apreendê-lo em sua complexidade. Apesar de ser um objeto bastante familiar e de fácil identificação, é praticamente impossível defini-lo. Pode-se constatar que o livro didático assume ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. Por ser um objeto de "múltiplas facetas", o livro didático é pesquisado enquanto produto cultural; como mercadoria ligada ao mundo editorial e dentro da lógica de mercado capitalista; como suporte de conhecimentos e de métodos de ensino das diversas disciplinas e matérias escolares; e, ainda, como veículo de valores, ideológicos ou culturais. (BITTENCOURT, 2004b, p. 471).

Segundo a autora supracitada, o livro didático é um objeto de pode ser explorado e analisado de diversos ângulos conforme o interesse, e as pesquisas referentes a esse manual têm despertado um olhar mais aprofundado levando em consideração todo um percurso histórico.

Como podemos perceber, o livro didático carrega o status de um objeto muito importante como um instrumento a ser pesquisado em diferentes perspectivas. No entanto, durante toda a história e principalmente no nosso país, sua importância central se refere a sua principal função, que é o ensino. Vemos isso em Lajolo (1996, p.4) que diz que:

“Sua importância aumenta ainda mais em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o *que se ensina e como se ensina* o que se ensina”.

Sobre isso entendemos que a qualidade do ensino nas escolas, em alguns casos pode traduzir a mesma qualidade do livro didático, pois:

Como sugere o adjetivo *didático*, que qualifica e define um certo tipo de obra, o livro didático é instrumento específico e importantíssimo de ensino e de aprendizagem formal. Muito embora não seja o único material de que professores e alunos vão valer-se no processo de ensino e aprendizagem, ele

pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares. (LAJOLO, 1996, p.4)

Percebemos diante disso, a influência do material didático no processo de aprendizagem, e como se faz necessária a observação do professor quanto ao uso adequado deste material ou quando este não atende as necessidades educacionais dos alunos, pois a forma como o educador conduz suas aulas no uso do livro didático faz a diferença, mesmo que esse não se utilize de todos os conteúdos propostos nos livros, ele pode e deve lançar mão de outros meios para auxiliar sua prática.

No entanto, como podemos ver o professor precisar está atento a sua parcela de responsabilidade na qualidade o livro que usa, pois ele tem a oportunidade de escolher, conforme as políticas públicas existentes no Brasil no final do século XX através do programa do Governo Federal o PNLD. E no avanço deste trabalho discorreremos mais sobre as políticas voltadas para todo um processo referente ao livro didático.

E é neste aspecto de programas do governo para manuais didáticos que nos atemos inicialmente, a mostrar um breve histórico do livro didático a partir do primeiro instituto no Brasil a pensar na produção desse material e como se desenvolveu o processo que o trás para dentro das escolas até o dia de hoje.

Após essa contextualização, buscaremos analisar o que o livro didático de Geografia propõe em conteúdo de ensino para os anos iniciais do ensino fundamental para entendermos como esse recurso auxilia para o conhecimento geográfico desses alunos.

## **2.1 A institucionalização da produção do livro didático no Brasil**

No cenário político conflituoso da década de 1930-1945, no Brasil quando ocorreram diversos movimentos populistas reivindicando o direito do povo, a educação também teve seus defensores, onde os diversos educadores faziam movimentos por mudanças e valorização nessa área. Nesse momento, através das transformações que ocorreram na sociedade diante da ditadura do Estado Novo, começa-se a pensar numa política educacional para a produção de um manual didático através da formação do Instituto Nacional do Livro (INL) em 1929, e a produzir (em 1934) apenas enciclopédias e dicionários inicialmente. Só em 1938 o livro didático é estabelecido no “Decreto-Lei nº 1.006/38 que institui a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) para cuidar de todos os aspectos no que se refere a produtividade e circulação desse produto; e então surge uma seqüência de decretos. Assim:

Sua história não passa de uma sequência de decretos, leis e medidas governamentais que se sucedem, a partir de 1930, de forma aparentemente desordenada, e sem a correção e a crítica de outros setores da sociedade (partidos, sindicatos, associações de pais e mestres, associações de alunos, equipes científicas, etc.). (FREITAG, MOTTA e COSTA, 1987, p.5).

O que podemos entender sobre a visão das autoras, é que os programas e decretos para a oficialização do livro didático como instrumento auxiliar no ensino, avançavam com o controle do governo federal que gerenciava todo o processo e mantinha a responsabilidade em oferecer uma educação de qualidade. No entanto, a opinião e o envolvimento das diversas instâncias da sociedade também preocupadas com a qualidade da educação, teriam que ter seu espaço na elaboração desse material escolar.

Porém todo o processo no que diz respeito às políticas públicas para a produção do então manual, seguiam em frente. E para uma melhor compreensão de toda essa sequência de leis e decretos voltados para a produção, fiscalização, normalização e distribuição do livro didático que começaram a surgir no Brasil na terceira década do século XX, organizamos uma tabela com a síntese dessas informações históricas sobre esse manual que é o recurso de ensino mais utilizado por professores e alunos em todo o mundo. As informações contidas na tabela a seguir, foram retiradas da dissertação “A relação entre o ensino e o uso do livro didático de geografia” de PINA (2009), de onde pesquisamos todos os momentos da institucionalização do livro didático no Brasil.

**TABELA : PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DO LIVRO DIDÁTICO A PARTIR DE 1930**

<b>ANO</b>	<b>PROGRAMAS/ INSTITUIÇÕES</b>	<b>DIRETRIZES/ OBLETIVOS</b>
1937	INL (Instituto Nacional do Livro)	-Coordenação do livro didático
1938	CNLD (Comissão Nacional do Livro didático)	- Caberia a essa comissão examinar e julgar os livros didáticos, indicar livros de valor para a tradução e sugerir abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos ainda não existentes no país. - Caberia zelar pelo conteúdo dos materiais utilizados pelos alunos.
1966	COLTED (Comissão do Livro Técnico e Livro Didático)	- Coordenar a produção, edição e distribuição do livro didático, para assegurar os recursos governamentais, contou-se com financiamento proveniente do acordo MEC-USAID (United States Agency for International Developmente).

1968 1976	FENAME (Fundação Nacional do Material Escolar) – criada em 1968 sofreu modificações por decreto presidencial em 1976.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definir as diretrizes para a produção de material escolar e didático e assegurar sua distribuição em todo o território nacional.</li> <li>- Formular programa editorial.</li> <li>- Executar os programas do livro didático.</li> <li>- Cooperar com instituições educacionais, científicas e culturais, públicas e privadas, na execução de objetivos comuns.</li> </ul>
1971	INLD (Instituto Nacional do Livro didático)	- Administração e gerenciamento dos recursos financeiros destinados política educacional.
Década de 1980	PLIDEF (Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental)	- Colaborar no desempenho da política governamental e cultural do país, dando assistência ao alunado carente de recursos financeiros.
1985	PNLD (Programa Nacional do Livro Didático)	<p>Introduziu as seguintes modificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Controle de decisão pela FAE (Fundação de Assistência ao Estudante), em âmbito Nacional, a quem cabia realizar o planejamento, compra distribuição do livro didático com recursos federais.</li> <li>- Não interferência do Ministério da Educação no campo da produção editorial, que ficava a cargo da iniciativa privada.</li> <li>- Escolha dos livros pelos professores.</li> <li>- Reutilização dos livros por alunos de anos subsequentes.</li> <li>- Especificações técnicas rigorosas, visando o aumento da durabilidade do livro.</li> <li>- Início da organização de bancos de livros didáticos.</li> <li>- Oferta restrita aos alunos de 1ª e 2ª séries das escolas públicas e comunitárias.</li> <li>- Avaliações de livros didáticos.</li> </ul>
1993	Plano Decenal de Educação para Todos	- Enfatizava a necessidade da melhoria qualitativa dos livros didáticos, a importância da capacitação adequada do professor para avaliar e selecionar os livros a serem por ele utilizados e a implementação de uma nova política para o livro didático no Brasil.
1996	PNLD 1997	- É iniciado o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD 1997. Esse procedimento foi aperfeiçoado, sendo aplicado até hoje. Os livros que apresentam erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo são excluídos do Guia do Livro Didático.

1997	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	- Com a extinção, em fevereiro, da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), a responsabilidade pela política de execução do PNLD é transferida integralmente para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa é ampliado e o Ministério da Educação passa a adquirir, de forma continuada, livros didáticos de alfabetização, língua portuguesa, matemática, ciências, estudos sociais, história e geografia para todos os alunos de 1ª a 8ª série do ensino fundamental público.
2004	PNLEM	-pela Resolução nº. 38 do FNDE, o programa prevê a universalização de livros didáticos para os alunos do ensino médio público de todo o país. Inicialmente, atendeu <u>1,3 milhões</u> de alunos da 1ª série do ensino médio de 5.392 escolas das regiões Norte e Nordeste, que receberam até o início de 2005, 2,7 milhões de livros das disciplinas de português e de matemática. Em 2005, as demais séries e regiões brasileiras também foram atendidas com livros de português e matemática.
2007	O Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA)	-criado pela Resolução nº. 18, de 24 de abril de 2007, para distribuição, a título de doação, de obras didáticas às entidades parceiras, com vistas à alfabetização e à escolarização de pessoas com idade de 15 anos ou mais.

Fonte: PINA, (2009).

Foram sucessivos decretos e leis voltados para a produção de um material de auxílio no ensino da educação básica de todo um alunado brasileiro, e hoje, o programa responsável para que isso aconteça é o PNLD, e sintetizando, ele é um:

Programa criado em 1985 pelo governo federal que consiste na distribuição gratuita de livros didáticos para os alunos das escolas públicas de ensino fundamental de todo o país. O PNLD é de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), baseando-se nos princípios da livre participação das editoras privadas e da livre escolha por parte dos professores. O PNLD foi aperfeiçoado em 1995, adquirindo um componente novo: a análise e a avaliação prévia do conteúdo pedagógico com a criação do Guia de Livros Didáticos – sinopse de cada publicação, classificada de acordo com a qualidade do conteúdo –, no qual o professor pode avaliar o livro mais adequado às características de sua região, de seus alunos e ao processo

pedagógico de sua escola. A idéia do PNLD é a melhoria da qualidade do ensino fundamental, considerando que o livro constitui dos mais importantes suportes pedagógicos no trabalho do professor. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, fica garantido, como dever do Estado com a educação escolar pública, o atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar. O PNLD situa-se nesse contexto. (MENEZES, 2001).

Todo esse processo para se chegar a uma política pública que qualificasse a funcionalidade de programas voltados para o livro didático percorreu caminhos difíceis, mas sempre buscando assimilação e nitidez para com as propostas que os currículos educacionais apontavam para o ensino.

Sabemos que hoje ele é um manual de ensino que contém conteúdos específicos que envolvem estratégias e metodologias para levar o aluno a uma compreensão do que se quer que ele aprenda e que regularmente passa por avaliações, e está acessível a todo tipo de análise, e tudo isso conquistado através de questões analíticas perante a qualidade do ensino e da aprendizagem, suscitado por diversos estudiosos e professores pelo mundo afora.

Podemos dizer ainda que, antigamente, de acordo com Bittencourt (1993, p.24) “o livro escolar aparecia, como principal instrumento de formação do professor, garantindo, ao mesmo tempo, a veiculação de conteúdo e método de acordo com as prescrições do poder estabelecido”, mostrando que o livro didático era um material de uso quase que exclusivo do professor servindo até de guia para aquele que teve uma breve ou nenhuma formação teórica.

Mesmo diante de críticas e reconhecimentos referentes a conteúdo, metodologia e a adequação a referenciais e diretrizes educacionais, o livro didático continua a ser o material escolar mais usado nas salas de aula pelos professores, auxiliando sua prática educativa e direcionando os alunos na aprendizagem.

Mais a frente, discorreremos sobre como surgiu a Geografia escolar aqui no Brasil; após, sobre a formação de professores que lecionam nessa disciplina nos anos iniciais do ensino fundamental e por último faremos uma análise do conteúdo programado de um livro didático de Geografia para esse nível de ensino no intuito de identificar suas sugestões de ensino e metodologia.

### **3. O PROFESSOR E O ENSINO DE GEOGRAFIA**

Pretendemos falar neste a partir de agora, sobre como surgiu a disciplina de Geografia no Brasil e como é seu ensino nas escolas, conseqüentemente é necessário abordar sobre a



formação do professor, e no caso desse artigo, os que atuam nos anos iniciais da educação básica. E principalmente, como o livro didático de Geografia contribui para as aulas dessa disciplina.

### **3.1. A história da Geografia como disciplina escolar no Brasil**

No presente tópico nos atemos a entender a trajetória da formação da Geografia escolar a partir de sua institucionalização no Brasil no século XX. Para compreendermos melhor, voltamos um pouco na história e vimos que o conhecimento Geográfico se ampliou com as grandes descobertas marítimas, reunindo uma gama de informação capaz de, mais tarde, se transformar numa ciência. A base para uma Geografia Científica começa com as publicações de Alexander von Humboldt (1769-1859), tido como pai da Geografia, e com as ideias de Karl Ritter (1779-1859), onde eles defendiam que a Geografia era o estudo da relação homem-natureza. Em seqüência a essa trajetória, Friedrich Ratzel (1844-1904) alemão, dizia que as condições naturais do meio influenciavam as atividades humanas, ou seja, uma relação homem-natureza. Essas ideias ganharam espaços, influenciando o pensamento geográfico da Europa no século XIX.

Segundo Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009, p.43) “as ideias dos mestres alemães chegaram também ao Brasil, trazidas pelos geógrafos franceses, mas acrescidas de críticas embasadas na escola criada por Vidal de La Blache (1845-1918) e seus discípulos” que institucionalizou a Geografia na França, onde, segundo estudos, ele se “opunha” ao pensamento de Ratzel, defendendo que o homem pode transformar o meio conforme necessidades. Seus estudos nortearam os primeiros “pesquisadores brasileiros”. Nesse processo ao longo do tempo, surgiram os que observavam o mundo ao redor e acumulavam suas informações para se localizarem, depois surge a Geografia como ciência, e na evolução a Geografia transformada em ensino nas universidades.

Cabe aqui, informar que a sistematização da geografia como ciência não será nosso objeto de pesquisa, pois mesmo que esses dois conceitos pareçam iguais, segundo Cavalcanti (2006) “a relação entre uma ciência e a matéria de ensino é complexa; ambas formam uma unidade, mas não são idênticas”. Para essa autora:

A ciência geográfica constitui-se de teorias, conceitos e métodos referentes à problemática de seu objeto de investigação. A matéria de ensino de Geografia corresponde ao conjunto de saberes dessa ciência, e de outras que não têm lugar no ensino fundamental e médio como Astronomia, Economia, Geologia, convertidos em conteúdos escolares a partir de uma seleção e

organização daqueles conhecimentos e procedimentos tidos como necessários à educação geral. [...] Há, no ensino, uma orientação para a formação do cidadão diante de desafios e tarefas concretas postas pela realidade social e uma preocupação com as condições psicológicas e socioculturais dos alunos. A ciência geográfica, por si só, não tem responsabilidade de ocupar-se com esses aspectos. (2006, p. 9-10).

A autora deixa bem claro que ciência geográfica está dentro da disciplina de Geografia, e que esta precisa de procedimentos capazes de despertar a consciência cidadã perante a realidade social, onde a ciência em si não abarca as necessidades didáticas dos discentes a partir de suas teorizações apenas.

Em relação as abordagens sobre Geografia escolar no Brasil, discorreremos de forma sintética sobre as influências da Geografia Tradicional e Geografia Crítica, buscando entender essas duas importantes linhas do campo geográfico e suas contribuições para a disciplina de Geografia. Como ponto de partida, encontramos na fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) em 1934, o início da formação docente na área de geografia. E, como uns dos principais nomes para a institucionalização da Geografia como disciplina no Brasil, podemos citar os europeus Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines, como os primeiros professores a lecionarem o curso acadêmico de geografia na FFCL/USP. Com destaque especial a Pierre Monbeig que lecionou mais tempo na faculdade formando uma geração de professores e geógrafos, AB'SABER (1994). Foi a partir dessa faculdade de São Paulo que a Geografia teve seus primeiros mestres e professores específicos, pois antes não se ouvia falar, como afirma as autoras:

Antes da FFCL/USP, não existia no Brasil o bacharel e o professor licenciado em Geografia. Existiam pessoas que, egressas de diferentes faculdades ou até mesmo das escolas normais, lecionavam essa disciplina, assim como outras. Eram professores de Geografia, principalmente, advogados, engenheiros, médicos e seminaristas. A Geografia, no antigo ginásio, até a época da fundação da FFCL/USP, em 1934, nada mais era do que a dos livros didáticos escritos por não geógrafos. (PONTUSCHKA, PAGANELLI E CACETE, 2009, p.45-46).

Na mesma época da criação da FFCL/USP, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) foi fundada, tornando-se o centro para os geógrafos e professores da disciplina. Dentre os livros didáticos de Geografia aos quais Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009) se referem na citação acima, tem-se por exceção, diante de suas características inovadoras e específicas, os livros didáticos e científicos do professor e geógrafo Delgado de Carvalho antes de 1934, sendo uma revolução no que diz respeito à “qualidade da produção didática”. Esse mesmo autor é responsável pela obra “*A Metodologia do ensino geográfico*, publicada em 1925, constituiu o

trabalho mais importante de Geografia no Brasil da primeira metade do século XX” Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009, p.47).

Segundo Genylton Odilon Rego da Rocha (2000), Delgado de Carvalho<sup>†</sup> fazia críticas ao ensino de geografia de sua época, que se valia de exercícios de memorização, mostrando que “a verdadeira geografia teria como objeto de estudo a terra como *habitat* do homem” (grifo do autor). Entre os anos de 1950 a 1970, destacam-se os livros produzidos por Aroldo de Azevedo que era advogado, mas se matriculou no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Seus livros tiveram características peculiares e foram adotados nas escolas brasileiras influenciando gerações de estudantes. Conforme afirma Visentini (2004):

[...], por meio de seus livros didáticos (do antigo ensino primário ao antigo colégio), Aroldo de Azevedo implantou um “modelo” de geografia que compartimentou a realidade sob o paradigma “a terra e o homem”, que não incentivou discussões metodológicas, que elidiu as classes sociais e os conflitos políticos, que mascarou a ideologia liberal, enfim, aquilo que, mais tarde, seria apontado como os traços característicos da geografia tradicional. (p.215).

A maneira que o ensino de Geografia discorria através do uso dos livros didáticos de Aroldo Azevedo, carregados de influência francesa, caracterizavam-se pelo estudo geral do Brasil (regiões, relevo, clima, vegetação, etc.), pelo estudo do homem (população, etnia, habitação, alimento, etc.) e sobre a economia (indústria, comércio, transportes, etc.) dentre outros, mas dando pouca ou nenhuma importância ao estudo voltado para interação do homem em sociedade, que é o responsável pela dinâmica do espaço em que vive. Nesse período, eram constantes as críticas referentes à Geografia Tradicional, que se caracterizava por métodos de observação, descrição, memorização e análise dos fatos, ou como descreve Visentini (1992) “o paradigma *A terra e o homem*, a ordem preestabelecida dos assuntos: relevo, clima, vegetação, hidrografia, população, o meio rural, cidades, extrativismo, agricultura, indústrias...” (grifo do autor).

Não obstante, conforme as décadas que seguiram, a sociedade brasileira encontrou momentos difíceis sob o comando da ditadura militar (1964-1985), e conseqüentemente o sistema escolar e as práticas pedagógicas de Geografia sofreram transformações por causa da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5.692/71 que descaracterizou o ensino de Geografia e

---

<sup>†</sup>Carlos Miguel Delgado de Carvalho nasceu em 1884 na França. Formou-se em Letras, Direito e Economia e Política. Publicou a obra “Geografia do Brasil” e tantas outras voltadas para a o ensino de Geografia. Ficou conhecido por suas inovações referentes à Geografia Moderna. (ALBUQUERQUE, 2011).

História com a criação de Estudos Sociais, ou seja, uma reforma educacional foi feita, e junto veio um novo currículo agregado a uma baixa qualidade de ensino.

Houve também, o fim do exame para ingressar no ginásio por causa de mudanças nos níveis escolares, onde até então era de nível primário e ginásio (quatro anos cada), passando a serem chamados de ensino de primeiro grau, com oito anos de duração (hoje ensino fundamental de nove anos) Conti (1976). Licenciaturas curtas foram criadas para atender o novo currículo, como o autor afirma:

Em outubro de 1964, o Conselho Federal de Educação aprovou a criação de três tipos de licenciaturas, destinadas à formação de professores “polivalentes” para o ciclo ginásial, com a duração de três anos. Eram as seguintes: Letras, Ciências e Estudos Sociais. Assim nasceram as chamadas “licenciaturas curtas” que anos depois se restringiriam ainda mais, transformando-se no que chamaríamos de “ultra curtas” e seriam responsáveis por um rebaixamento acentuado do nível do ensino. (CONTI, 1976, p.60).

A formação do professor para lecionar os conteúdos de Estudos Sociais, exigida pelo Conselho Federal de educação mostrava uma evidente precarização da função do professor formado e licenciado nas universidades brasileiras até então, no entanto, muitas críticas por parte de professores e geógrafos se levantaram na época ocasionando o fim de tal disciplina:

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e a Associação Nacional de Professores Universitários de História (Anpuh) auxiliaram, com as respectivas críticas, na extinção dos Estudos Sociais e também contribuíram para a aproximação de parte do professorado à universidade. Esse processo colaborou para minimizar o desconhecimento da produção geográfica e histórica, a qual, apesar do período militar (década de 70), continuou a avançar no âmbito universitário. (PONTUSCHKA, PAGANELLI E CACETE, 2009, p.66).

A partir desse momento, começa um movimento de renovação da Geografia, seguido de uma relevante produção acadêmica sobre o assunto, e onde também, a AGB teve um papel muito importante promovendo debates, palestras e encontros como foi o III Encontro Nacional de Geógrafos, que aconteceu em Fortaleza – CE, em julho de 1978 onde se iniciou discussões acerca da disciplina de Geografia. Já em São Paulo surgiram reuniões para a reformulação de propostas curriculares para o ensino de Geografia.

Inicialmente a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (Cenp), uniu professores e pesquisadores de universidades, e equipes técnicas da Secretaria de Educação, “os quais se propunham não apenas elaborar um rol de conteúdos, mas sobretudo efetuar uma revisão metodológica com amadurecimento dos princípios fundadores da disciplina, iniciativa

conhecida, na época, como Geografia crítica” (Pontuschka, Paganelli e Cacete, 2009, p.69), trazendo significativas mudanças nos programas de conteúdos tradicionais da Geografia. No entanto, a proposta não conseguiu atingir a implantação desejada em toda rede de ensino, mas tornou-se um marco referencial para municípios e estados na reformulação de seus currículos, e um guia na produção de livros didáticos.

Prosegue os movimentos de mudanças na forma como a geografia era proposta no currículo, pois “na verdade tínhamos um casamento entre a Geografia tradicional com a Educação tradicional”, que depois passa a tomar “o materialismo histórico como método”, e então, “a sua relação com a Educação começa a se distanciar” de forma que a educação voltava-se para o tecnicismo em estreita relação com as indústrias em expansão; no entanto, na década de 1980, vemos que “esse distanciamento [...] é superado com o aparecimento do construtivismo na Educação” Straforini (2004). Pode-se dizer que no Brasil os professores:

[...] já praticavam em suas aulas uma geografia escolar diferente da tradicional, com novas estratégias (debates e/ou trabalhos dirigidos em vez de apenas aulas expositivas, trabalhos de campo em áreas carentes, interpretação de bons textos críticos etc.) e com novos conteúdos (distribuição social da renda, a pobreza no espaço, os sistemas socioeconômicos, o subdesenvolvimento etc.) (VESENTINI, 2004, p.222).

Como podemos observar, geógrafos acadêmicos que antes foram “professores do ensino fundamental e médio” já refletiam suas práticas educativas no intuito de inovar e conscientizar seus alunos quanto à realidade e o espaço ao qual viviam. Sobre como proceder em relação a um ensino de geografia numa perspectiva crítica:

O fundamental é levar em conta a realidade dos alunos e dos problemas de sua época e lugar. Como se sabe, a geografia escolar crítica – ou as geografias, na medida em que não existe um caminho ou um esquema único – se opõe à geografia tradicional e normalmente mnemônica (isto é, que enfatiza a memorização, a lista de fatos ou acidentes: cidades principais, capitais, unidades de relevo, rios e seus afluentes, tipos de clima etc.) que tem por base o esquema “a Terra e o homem”. (VLACH, 2004, p.227).

Com o passar do tempo, o movimento de renovação da Geografia, apesar de contestações, seguiu seu caminho ganhando força com a promulgação da nova Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional - LDB, Lei 9394/96 e posteriormente, a definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para todas as disciplinas e níveis da educação básica, feita após debates e avaliações das propostas curriculares dos Estados do Brasil. Os PCN de Geografia propunha conteúdos, objetivos e métodos de ensino voltados para o desenvolvimento da capacidade do aluno, afirma as autoras:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Geografia para o ensino fundamental propõem um trabalho pedagógico que visa ampliar as capacidades dos alunos de observar, conhecer, explicar, comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos. (PONTUSCHKA, PAGANELLI E CACETE, 2009, p.75).

Os PCN's para o ensino de Geografia buscava conscientizar o aluno “de que ele próprio é parte integrante do ambiente e também agente ativo e passivo das transformações das paisagens terrestres” (BRASIL, 2000, p.78), e não um agente neutro que apenas observa e descreve o ambiente ao seu redor sem levar em consideração sua interação com o meio ao qual vive. A produção dos PCN's desenvolvido para a educação de todo o território nacional garante que todo o alunado participe dos conhecimentos necessários para sua cidadania, levando em consideração a particularidade de cada região do Brasil e a autonomia do professor na prática educativa. Os autores de livros didáticos, a partir da década de 90, precisaram adequar suas produções com as exigências dos PCN para o ensino e também das normas do PNLD, que seguiam juntos na busca de uma qualidade no ensino/aprendizagem de todo alunado brasileiro. Veremos adiante, como o ensino de Geografia é visto pelos professores e qual influência dessa disciplina, na formação dos mesmos.

### **3.2. A formação docente e o ensino de geografia nos anos iniciais do ensino fundamental**

O professor para lecionar hoje nos anos iniciais do ensino fundamental precisa ser graduado em licenciatura plena do curso de Pedagogia, e isso se faz pelo curso de nível superior em institutos de educação. A partir de sua prática, ele é incumbido de ensinar as diversas disciplinas necessárias para esse nível da educação básica, além de despertar a busca de novas descobertas e uma consciência crítica nos alunos frente à realidade social de cada um.

Cabe aqui dizer, que até pouco tempo, para ensinar nos anos iniciais do ensino fundamental, bastava ter uma formação a nível médio feita na Escola Normal, como aponta Brzezinski (1996) “a Escola Normal foi, por quase um século, o lócus formal e obrigatório como escola de formação de professores para atuar na escola fundamental [...]”. E o curso de Pedagogia, até chegar a uma identidade própria passou por diversas definições no que diz respeito a sua função.

Os períodos compreendidos pelos anos de 1939 a 1999 caracterizaram-se pelas diversas regulamentações, propostas e decretos, resultado de um longo processo de confrontos e reflexões sobre a formação docente e sua prática. Nesse contexto, diante da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, no final da década de 90, a formação de professores ganha

status de primeira ordem no que diz respeito à criação de políticas públicas, valorizando o magistério e solicitando que todos os professores tivessem acesso ao nível superior. Sobre o curso de Pedagogia, era preciso reformular o currículo, compreender seu campo de atuação e suas práticas, que por muito tempo teve sua função e natureza questionada. Para isso, pensa-se nas diretrizes do curso:

[...] a Comissão de Especialistas de pedagogia, instituída para elaborar as diretrizes do curso, desencadeou amplo processo de discussão, em nível nacional, ouvindo as coordenações de curso e as entidades – ANFOPE, FORUMDIR, ANPAE, ANPED, CEDES, Executiva Nacional dos Estudantes de pedagogia. O resultado desse processo foi a elaboração do Documento das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia e seu encaminhamento ao CNE, em maio de 1999, após uma grande pressão de todos esses segmentos junto à SESU e à Secretaria de Ensino Fundamental, do Ministério da Educação, que resistiam em enviá-las ao CNE, na tentativa de construir as diretrizes para o curso normal superior, criado pela LDB e prestes a ser regulamentado. (BRZEZINSKI, et al. 2006).

Todos os movimentos e discussões acerca de uma teorização da função e natureza do pedagogo caminham na tentativa de uma organização em torno de uma base comum, para a formação de professores de todos os níveis, ou seja, as entidades supracitadas, segundo Brzezinski, et al. (2006) “apontavam com clareza a necessidade de tratar, simultaneamente e de forma integrada, a formação de todos os profissionais da educação, licenciados e pedagogos”. No entanto, As Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia passou por diversos processos avaliativos e alterações até a sua definição e aprovação em 2006 por parte da Comissão Nacional de Educação – CNE, deixando clara a função do curso onde diz que “[...] a licenciatura em pedagogia, realiza a formação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, em organizações (escolas e órgãos dos sistemas de ensino) da educação básica [...]” Brzezinski et al. (2006) para lecionar na educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, professor polivalente.

Na graduação em Pedagogia, o currículo contempla diversas áreas necessárias a sua formação, dentre elas os componentes referentes à educação básica, que compreende os estudos voltados para os conteúdos curriculares do ensino fundamental. O então formado pedagogo, ver diante da modernidade do mundo, a exigência e a responsabilidade no domínio em relação a sua práxis dos conteúdos propostos para uma formação básica de seus alunos. Para tanto, o professor tem a desafiante tarefa de articular teoria e prática e transmitir um conhecimento não fragmentado, e na posição de está sempre refletindo sua ação em sala de aula. Segundo Nóvoa

(1997) “A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas [...]”.

No que se refere ao ensino de geografia nos anos iniciais do ensino fundamental, partimos da realidade escolar, onde muitas vezes podemos observar quando os alunos passam por dificuldades para entender realidade e o espaço partindo dos conteúdos de geografia. É possível ver isso em nossa própria formação escolar, quando progredimos nos anos letivos levando um raso conhecimento geográfico, causado talvez ou pelo desinteresse ao assunto por parte do aluno, ou por uma possível má formação do professor, dado tal que precisa ser revisto e aperfeiçoado, pois segundo Callai (2005) “O professor, as suas concepções de educação e de geografia, é que podem fazer a diferença”. Diante desta questão, o que professor dos anos iniciais precisa estar ciente do que seus alunos precisam em Geografia? Isso, os PCN de Geografia podem auxiliar:

No que se refere ao ensino fundamental, é importante considerar quais são as categorias da Geografia mais adequadas para os alunos em relação à sua faixa etária, ao momento da escolaridade em que se encontram e às capacidades que se espera que eles desenvolvam. Embora o espaço geográfico deva ser o objeto central de estudo, as categorias paisagem, território e lugar devem também ser abordadas, principalmente nos ciclos iniciais, quando se mostram mais acessíveis aos alunos, tendo em vista suas características cognitivas e afetivas. (BRASIL, 2000, p. 75).

Portanto, os Parâmetros Curriculares para o ensino de geografia, destaca como proceder no ensino fundamental e pontua que o espaço geográfico é o ponto de partida, sendo que o professor precisa levar em consideração o perfil de seus alunos para desenvolver um trabalho significativo e significativo para o aluno, isto é, considerar a vivência do aluno no espaço, pois “se o espaço não é encarado como algo em que o homem (o aluno) está inserido, natureza que ele próprio ajuda a moldar, a verdade geográfica do indivíduo se perde e a Geografia torna-se alheia para ele”, Resende (1986, p. 20). E sobre o espaço geográfico, se inclui o estudo do território, da paisagem e do lugar como supracitado, onde os PCN trata de cada um:

O território é uma categoria importante quando se estuda a sua conceitualização ligada à formação econômica e social de uma nação. Nesse sentido, é o trabalho social que qualifica o espaço, gerando o território. Território não é apenas a configuração política de um Estado-Nação, mas sim o espaço construído pela formação social. (BRASIL, 2000, p.75).

Antigamente, nos conceitos da Geografia tinha-se por território apenas a demarcação política, com seus proprietários particulares ou sendo do Estado, ou ainda um espaço onde habitava uma comunidade. No entanto, para que o aluno venha a entender é necessário frisar



que “os limites territoriais são variáveis e dependem do fenômeno geográfico considerado” (BRASIL, 2000). Neste aspecto se trabalham a “complexidade da convivência em um mesmo espaço, nem sempre harmônica, da diversidade de tendências, idéias, crenças, sistemas de pensamento e tradições de diferentes povos e etnias” (BRASIL, 2000), ampliando a aprendizagem dos alunos em vários aspectos.

Interligado ao conceito de território, vem o de paisagem que:

É definida como sendo uma unidade visível, que possui uma identidade visual, caracterizada por fatores de ordem social, cultural e natural, contendo espaços e tempos distintos; o passado e o presente. A paisagem é o velho no novo e o novo no velho! Assim, por exemplo, quando se fala da paisagem de uma cidade, dela fazem parte seu relevo, a orientação dos rios e córregos da região, sobre os quais se implantaram suas vias expressas, o conjunto de construções humanas, a distribuição da população que nela vive, o registro das tensões, sucessos e fracassos da história dos indivíduos e grupos que nela se encontram. É nela que estão expressas as marcas da história de uma sociedade, fazendo, assim, da paisagem uma soma de tempos desiguais, uma combinação de espaços geográficos. (BRASIL, 2000, p.76).

Os PCN nos mostram a caracterização do conceito paisagem, que mesmo se podendo confundir com território, mas que podemos distinguir em um de seus aspectos citados acima: “marcas da história” feitas e deixadas por uma sociedade, indicando o passado, ou ainda, observadas no presente, de contexto natural ou cultural.

Seguindo em conexão está o conceito de lugar que “é onde estão as referências pessoais e o sistema de valores que direcionam as diferentes formas de perceber e constituir a paisagem e o espaço geográfico” BRASIL (2000). O lugar tem um valor significativo, pois é onde o sujeito vive, cresce, relaciona-se com os demais. O professor pode aproveitar desses conteúdos para trabalhar a realidade de seus alunos que vivem nos diversos lugares e de diferentes modos. “Um lugar é sempre cheio de história e expressa/mostra o resultado das relações que se estabelecem entre as pessoas, os grupos e também das relações entre eles e a natureza” Callai (2005). O profissional de educação pode usar de diversos artifícios para despertar o interesse de seus alunos, relevando que o importante é:

[...] ter como ponto de partida as representações e os saberes que os alunos trazem para o espaço escolar. Não pode existir um vácuo entre o saber escolar – fundamentado nas teorias e metodologias originárias da academia - e as múltiplas representações sociais que os jovens construíram no caminhar de sua existência. O aluno vive o espaço geográfico de diferentes maneiras, em diferentes lugares, mas muitas vezes não tem consciência desse espaço e de suas contradições. (PONTUSCHKA, 2000, p.151).

Está no professor a tarefa de orientar seus alunos na leitura do espaço geográfico, despertando neles a curiosidade acerca do mundo que os rodeia e a consciência da importância dos aspectos sociais que se desenvolvem. É fazer com que esses alunos se sintam agentes sociais que interagem com tudo ou todos que os rodeiam. A atualização dos temas usados é sempre preferível, como trazer para a sala de aula o que a televisão, rádio e internet apresentam sobre as transformações que as sociedades sofrem, as mudanças naturais diagnósticas pelo mundo afora sensibilizando o aluno para que ele progrida em seu senso crítico e se veja capaz de transformar-se e transformar o meio em vive.

Não é fácil para o professor dos anos iniciais articular todas as disciplinas necessárias para a aprendizagem de seus alunos. Muitos são os desafios, desde as estruturas da escola, até a falta de diversos materiais didáticos que contribuiriam com seu trabalho. Sabemos que, se esse professor vai lançar mão de seus conhecimentos adquiridos na efetivação de sua prática educativa, os conhecimentos prévios de seus alunos caminharão para um avanço na aprendizagem, no entanto há diversos recursos materiais que auxiliam na práxis em sala de aula.

O livro didático se encaixa nesses recursos de auxílio na aprendizagem. Segundo Lajolo (1996) “didático, então, é o livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, [...] tendo em vista essa utilização escolar e sistemática”. É um material escolar que se constituiu na história como o recurso mais usado por alunos e professores na sistematização do conhecimento.

E é nesta perspectiva que buscaremos analisar no próximo tópico, o conteúdo sistemático do livro didático de Geografia voltado especificamente para os anos iniciais.

#### **4. ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA**

O ensino da Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental deve contribuir no entendimento e na observação do espaço geográfico e da realidade a qual os alunos estão inseridos. Segundo Callai:

O aluno é um ser histórico que traz consigo e em si uma história, e um conhecimento adquirido na sua própria vivência. O desafio é fazer a partir daí a ampliação e o aprofundamento do conhecimento do seu espaço, do lugar em que vive, relacionando-o com outros espaços mais distantes e até diferentes. (2001, p. 136).

É um grande desafio proposto ao professor, que, antes de tudo, precisa querer verdadeiramente o avanço de seus alunos, pois as dificuldades enfrentadas por ele são muitas.

Contudo, o professor é o mediador que vai guiar seus alunos no ensino para que aconteça um avanço na aprendizagem. E para isso, esse profissional de educação sempre precisará estar munido de bons materiais didáticos que o auxiliará na prática educativa; e um bom livro didático é um material que pode contribuir na efetivação de seus objetivos

Vimos então que o ensino da disciplina de Geografia dá-se na escola e o recurso mais utilizado é o livro didático. É necessário apontar que antes se relacionava a qualidade do ensino em Geografia pelo uso desse material, tendo-o como bom ou ruim. No entanto, sabe-se que não se deve tê-lo como “[...] único material de que professores e alunos vão valer-se no processo de ensino e aprendizagem [...] Lajolo (1996), mas sim, um auxílio para os dois. De posse deste entendimento e de todo assunto visto neste trabalho, buscaremos fazer agora, uma análise do livro didático de geografia para os anos iniciais do ensino fundamental.

Nossa escolha foram os livros da coleção *Girassol – Saberes e fazeres do campo*. A preferência dada foi por conta de críticas pessoais aos livros didáticos de Geografia dessa coleção especificamente, vinda de professores conhecidos que o considera escasso em conteúdo. Sendo assim, nossa análise se dará nesta perspectiva, de conhecer os conteúdos propostos para o ensino de Geografia presente nestes livros didáticos.

A então coleção de livros didáticos *Girassol – Saberes e fazeres do campo*, foi elaborada exclusivamente para alunos de escolas situadas nas zonas rurais. São livros seriados e multidisciplinares, onde a disciplina de Geografia divide o livro didático com outras, compostos da seguinte forma a partir do 2º ano do ensino fundamental: 2º ano e 3º ano pelas áreas de Letramento e Alfabetização, Geografia e História e para o 4º ano e 5º ano por Língua Portuguesa, Geografia e História, como mostram as figuras abaixo:



Figura 1: Capas do livro didático da coleção Girassol – Saberes e fazeres do Campo.  
Fonte: Guia de Livros Didáticos – PNL D Campo 2013.

Esta coleção é fornecida às escolas públicas pelo “PNLD Campo” visando tal objetivo:

[...] considerar as especificidades do contexto social, econômico, cultural, político, ambiental, de gênero, geracional, de raça e etnia dos Povos do Campo, como referência para a elaboração de livros didáticos para os anos iniciais do ensino fundamental (seriado e não seriado), de escolas do campo, das redes públicas de ensino. Com esse objetivo, o PNLD Campo se inscreve como uma política pública de reconhecimento da Educação do Campo como matriz referencial para pensar o Campo e seus Sujeitos, como contexto gerador de conteúdos, textos, temas, atividades, propostas pedagógicas, ilustrações, e organização curricular do livro didático. (PNLD Campo 2013, p.9).

Conforme a seguinte política pública para o ensino do campo são as características da vida camponesa que irá organizar as discussões e debates acerca da seleção dos conteúdos e procedimentos da prática teórico-metodológica presentes no livro didático, auxiliando no ensino das escolas públicas do campo. Isso é uma maneira de “reconhecer e valorizar” os alunos camponeses, fazendo com “que não destruam a autoestima dos sujeitos pelo simples fato de serem do meio rural” PNLD Campo (2013). Nesta perspectiva, Callai (2005) afirma que “é preciso que haja concepções teórico-metodológicas capazes de permitir o reconhecimento do saber do outro” contribuindo para que os avanços na relação ensino-aprendizagem seja de fato um avanço.

A estrutura dos conteúdos nesta coleção está organizada em quatro unidades, com três capítulos cada, nas resumidas quarenta páginas mais ou menos. As unidades seguem os mesmos temas de conteúdos em todos os livros didáticos da coleção, conforme a complexidade de cada nível de ensino referente a seriação escolar.

A unidade 1 corresponde à temática - Lugares e Paisagens - que trabalham os lugares desde a realidade de vivência dos alunos do campo, a paisagem e suas transformações até a demografia brasileira. O professor tem a tarefa de articular esses conteúdos de forma a fazer com que seus alunos compreendam a realidade que os cercam, no caso, a realidade do campo, mas também, outras realidades, sobre isso os PCN de Geografia aponta que:

[...] não se deve trabalhar do nível local ao mundial hierarquicamente: o espaço vivido pode não ser o real imediato, pois são muitos e variados os lugares com os quais os alunos têm contato e, sobretudo, que são capazes de pensar sobre. A compreensão de como a realidade local relaciona-se com o contexto global é um trabalho que deve ser desenvolvido durante toda a escolaridade, de modo cada vez mais abrangente, desde os ciclos iniciais.

Relacionar essa compreensão com o ensino nos anos iniciais exige comprometimento do professor a basear-se num ensino que desperte a curiosidade e o interesse de seus alunos em relação a realidade vivida e distante a eles.

Na unidade 2 são trabalhados os conceitos: a Terra, o trabalho no campo e as riquezas econômicas, explorando as especificidades do planeta Terra como os movimentos do planeta, os continentes e fronteiras, a organização trabalhista e econômica dos camponeses e das cidades.

A unidade 3 traz os conteúdos que compreendem a valorização do campo e dos seus habitantes, as lutas e movimentos da forma de vida camponesa e as relações sociais, e as regiões brasileiras. Na última unidade explora as relações entre o campo e a cidade, os municípios, a relação do comércio de mercadoria e as tecnologias.

Todas as unidades são compostas por seções intituladas de “Está no mapa”, que é específico da parte de Geografia, e “Hora da vivência” que compõe as disciplinas de História e Geografia, e mais ainda “Vai e vem”, “Mural de vivências” e “Dicas de Leitura” comuns a todos os livros didáticos da coleção, Guia do PNLD Campo (2013).

A seção *Está no mapa* relativa a parte de Geografia, é o momento do trabalho cartográfico, mostrando localização, movimento populacional, reflexões quanto à representação do espaço, etc. Na figura abaixo o aluno tem a oportunidade de visualizar de forma geral os lugares onde a exploração das atividades do campo é mais intensa que outras e quais são os cultivos mais usados:

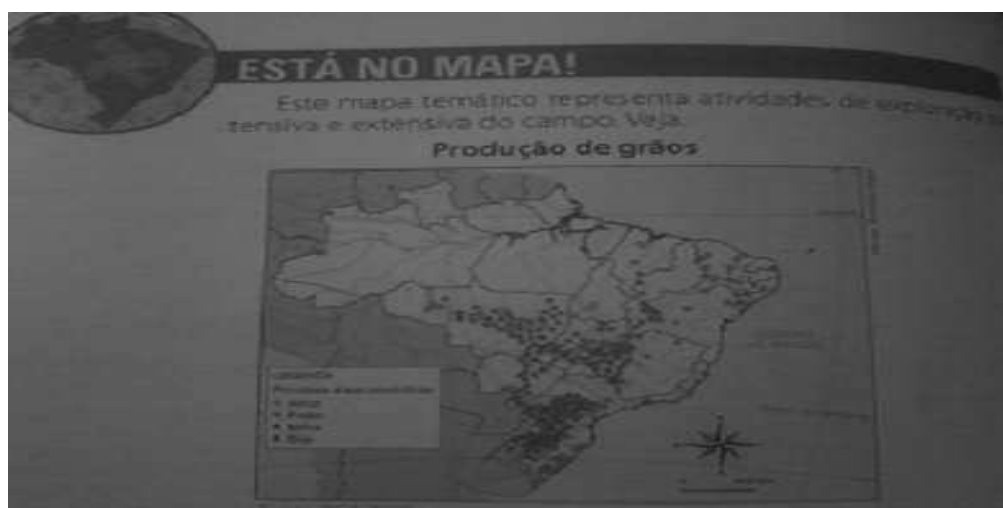


Figura 2. Fonte: Coleção Girassol – Saberes e fazeres do campo, disciplina de Geografia para o 5º ano, apud: IBGE, 2009.

Os PCN de Geografia defendem que “o estudo da linguagem cartográfica, [...] é muito importante, porém, as atividades relacionadas a ela não devem se constituir em “colorir mapas, copiá-los, escrever os nomes de rios ou cidades, memorizar as informações neles representadas”, mas “para desenvolver capacidades relativas à representação do espaço” BRASIL (2000, p.88).

Já na seção “Hora da vivência” (figura seguinte) comum para História e Geografia, é o momento onde os alunos podem revisar e discutir o assunto estudado em conjunto, garantindo a socialização entre eles:

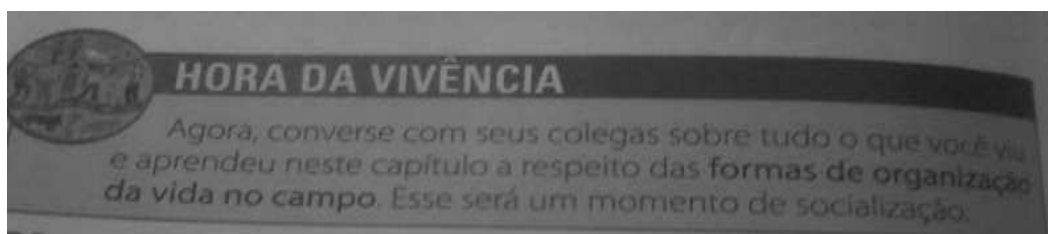


Figura 3. Fonte: Coleção Girassol – Saberes e fazeres do campo, disciplina de Geografia para o 2º ano.

Ainda segundo os parâmetros curriculares para o ensino de Geografia, esse momento precisa ser proposto e organizado pelo professor, pois “cabe a ele estimular e intermediar discussões entre os próprios alunos, para que possam aprender a compartilhar seus conhecimentos, elaborar perguntas, confrontar suas opiniões, ouvir seus semelhantes e se posicionar diante do grupo” BRASIL (2000, p.79).

Segundo o Guia do PNL D Campo, a coleção *Girassol – Saberes e fazeres do campo* é uma obra que:

“[...] trabalha de forma a favorecer que a criança desenvolva autonomia para compreender o mundo que a cerca e para interpretar as situações do dia a dia. Desse modo, favorece e incentiva a criança a pensar, refletir, generalizar e abstrair com base em situações concretas. Propõe atividades individuais e em grupo. As atividades propostas ao longo da obra propiciam uma problematização dos conteúdos, o que favorece a produção de avaliações críticas”. (Guia do PNL D Campo 2013).

A disciplina de Geografia na coleção é trabalhada de forma a despertar a prática reflexiva dos alunos frente a sua realidade, característica de uma Geografia crítica.

Porém afirma que “não se verifica uma proposta de articulação entre as diferentes áreas, nem um equilíbrio”, pois a articulação só acontece entre os conteúdos dentro de cada área, e também como observamos e constatamos que “em algumas unidades, os conteúdos não são suficientemente aprofundados” e “que questões centrais da vida campesina, relativas a organizações sociais e luta pela terra, são pouco abordadas, bem como as relações entre cidade e campo” Guia do PNL D Campo (2013).

Concordamos com as considerações do Guia do livro Didático para a coleção em questão, pois constatamos que para a disciplina de Geografia, a quantidade de conteúdo é

extensa, porém a abordagem a cada um é resumida, notando-se isso ainda pela quantidade de páginas dedicadas a disciplina (em torno de quarenta), o que pode se caracterizar por uma superficialidade de conteúdos. Segundo o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), o professor tem a oportunidade de escolher o melhor livro didático incluído nesse programa, procurando aquele que o ajudará em sua prática, porém, sabemos que esse é um processo que não passa apenas pelo crivo dos profissionais de educação.

Para concluir, fica claro que o livro didático não pode ser o único recurso didático a ser utilizado pelo professor nas aulas de Geografia, é necessário que ele lance mão de outros materiais, como afirma Vesentini:

Ao invés de aceitar a “ditadura” do livro didático, o bom professor deve ver nele (assim como em textos alternativos, em slides, ou filmes, em obras paradidáticas etc.) tão somente um apoio ou complemento para a relação ensino e aprendizagem que visa a integrar criticamente o educando ao mundo. (1989, p.167).

São muitos os desafios do professor, e essa parte de ajudar ao aluno a enxergar sua realidade e se ver inserido nela é um desafio maior ainda, pois perante concepções escolares os alunos têm a Geografia como algo que precise apenas memorizar o conteúdo, e isso não é culpa deles, e sim do modo visto na geografia Tradicional que perdurou por muito tempo nas escolas. No entanto, nos tempos modernos, a Geografia abordada precisa levar o aluno a pensar sua realidade, e o livro didático tem que ajudar tanto professores como alunos nesse processo de um raciocínio crítico.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Não foi nada fácil o caminho que a Geografia percorreu para se ter o status de disciplina escolar. Foi preciso diversos movimentos em defesa, e as contribuições de professores, alunos, estudantes da área e pesquisadores, para ter o que temos hoje contribuindo para o desenvolvimento das sociedades, das tecnologias e do meio físico ao qual vivemos.

Como vimos, a institucionalização da disciplina escolar começou no Brasil com o ponta pé de professores como os europeus Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines, e os nossos brasileiros Aroldo de Azevedo e Delgado de Carvalho que, fascinados por Geografia, contribuíram tanto na produção inovadora de livro didáticos da disciplina, como na disseminação do ensino da Geografia que formasse cidadãos críticos e observadores da realidade.

Desde a época dos nossos autores de manuais de geografia escolar, já se preocupava com a qualidade impressa em suas páginas, por isso tanto empenho por parte deles, fato que refletiu na qualidade de estudos geográficos que temos hoje. No entanto, não se pode negar que houve grande avanço nos programas de produção de livro didático na busca de uma qualidade significativa, talvez impulsionado pelas diversas obras e pesquisas acadêmicas que procuram analisar e refletir esse objeto em sua amplitude.

No entanto, se percebe que ronda no meio escolar e nas mãos de alunos e professores livros didáticos não tão qualificados e, portanto, necessitam uma revisão de conteúdos. Esse é o caso da nossa análise da coleção de livro didático de Geografia para os anos iniciais do ensino fundamental, que apresentou pouco aprofundamento nos conteúdos, mesmo que se abordassem os temas com base nos documentos de referência didática, como os PCN de Geografia, conseguindo alcançar a maior parte das propostas, no entanto de forma rasa.

A disciplina de Geografia é um elemento básico na formação crítica de alunos dos anos iniciais do fundamental. Existem muitos professores que não abrem tanto espaço para essa disciplina, como abrem para o ensino de Matemática e Língua Portuguesa por exemplo. Esse é um conceito que precisa ser refletido.

## **ABSTRACT**

Considering that the textbook is a handbook of great use and that contributes to the educational practice of teachers and the learning of students in school environments, we seek to know the contents proposed for the discipline of Geography contained in this didactic resource, and specifically the to the initial years of elementary education. For that, it became necessary to know the history of the textbook from its institutionalization here in Brazil, the geography constituted in school discipline and the academic formation of teachers based on the studies of authors of each area. In order to consolidate this research, the Girassol - Saberes and fazes collection of the field is approved, approved by the PNLD Field program of 2013, in accordance with the National Curricular Parameters for the teaching of Geography. It could be verified that the collection gained in several aspects, as for example, in relation to the contextualization and valorization of the life in the field; however it showed little depth in the approaches of the contents and geographic concepts.

**Keywords:** Didactic Book. Teaching Geography. Early Years of Elementary Education.



## REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz. **Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo**. Estudos Avançados, v. 8, n. 22, São Paulo, 1994.
- ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. **Dois momentos na história da Geografia Escola: a Geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho**. Rev. Bras. Educ. Geog., Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2011.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD Campo 2013**. Brasília: MEC, 2012.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 2000.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma História do saber escolar**. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo: São Paulo, 1993.
- BITTENCOURT, Circe. **Em foco: história, produção e memória do livro didático**. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, 2004b, v. 30, n. 3. pp. 471-473.
- BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas: Papirus, 1996.
- BRZEZINSKI, I. et al. **Diretrizes curriculares do curso de Pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 96, p. 819-842, out. 2006
- CALLAI, H. C. **Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental**. Cadernos Cedes, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, 2005.
- CALLAI, Helena Copetti. **A Geografia e a Escola: Muda a Geografia? Muda o Ensino?** Revista Terra Livre, n. 16. (p. 133-152). São Paulo, 2001.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.
- CONTI, J.B. **A reforma do ensino de 1971 e a situação da Geografia**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.51, p.57-73, jun. 1976.
- FREITAG, Bárbara, MOTTA, Valéria Rodrigues, COSTA, Wanderly Ferreira. **O histórico do livro didático no Brasil**. In. O Estado da Arte do livro didático no Brasil. Brasília: INEP, 1987.
- FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Melissa Haag. **O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo**. 2008. Disponível em:  
<[http://www.ceart.udesc.br/revista\\_dapesquisa/volume3/numero1/plasticas/melissa-neli.pdf](http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume3/numero1/plasticas/melissa-neli.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2018.

LAJOLO, M. O. Livro didático: um quase manual de usuário. In. **Em Aberto – O livro didático e qualidade de ensino**. Brasília: INEP, nº 69, ano 16, jan./fev., 1996.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/pnld-programa-nacional-do-livro-didatico/>>. Acesso em: 23 de out. 2018.

MONBEIG, P. **Papel e valor do ensino da geografia e de sua pesquisa**. In: Novos estudos de geografia humana brasileira. São Paulo: DIFEL, 1957.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. In: Nóvoa, A, org. Os professores e sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote; 1997. p.13-33.

PINA, P. P. G. N. **A relação entre o ensino e o uso do livro didático de geografia**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **Geografia, representações sociais e escola pública**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.145-154, 2000.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009. cap. 1 e 2

RESENDE, Márcia Spyer. **A Geografia do aluno trabalhador: Caminhos para uma Prática de Ensino**. São Paulo: Loyola, 1986.

ROCHA, Genylton Odilon Regos da. **Delgado de Carvalho e a orientação moderna no ensino da geografia escolar brasileira**. Revista Terra Brasilis. n.1. jan./jun 2000, p. 83-109.

STRAFORINI, R. **Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. São Paulo: ANNABLUME, 2004.

VLACH, Vânia Rubia F. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In. VESENTINN, José W. (org.) **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2004.

VESENTINI, José Willian. **Para uma geografia crítica na escola**. São Paulo: Ática, 1992.

\_\_\_\_\_, José W. **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2004.

\_\_\_\_\_, J.W. (Org.) **Geografia e ensino: textos críticos**. Campinas: Papirus, 1989.

## REFERÊNCIA DO LIVRO DIDÁTICO

CARPANEDA, Isabella Pessoa de Melo *et al.* **Girassol: saberes e fazeres do campo: língua portuguesa, geografia e história – 2º, 3º, 4º e 5º ano**. São Paulo: FTD, 2012